

RESUMO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS

Patrícia Bonilha Leão

TÍTULO: *A Reforma da Previdência Social no Brasil Durante os Governos Collor/Itamar, FHC e Lula (1990-2003).*

DATA DA DEFESA: 29/07/2013

BANCA: Prof. Dr. Paulo José Koling (Orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. Cezar Karpinski (UNILA), Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE) e suplente Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE).

RESUMO: A Constituição de 1988 é a Carta Constitucional que mais instituiu direitos sociais, dentre esses estão os direitos previdenciários, tanto em relação ao Regime Geral de Previdência Social, que rege os critérios de concessão de aposentadoria aos trabalhadores cujos contratados de trabalho são regidos pela CLT, quanto do Regime Próprio de Previdência Social, dos servidores públicos civis e militares. Apesar desses avanços nos direitos sociais serem resultado de lutas e reivindicações de homens e mulheres, que foram às ruas em busca de melhores condições de trabalho e vida, organizados em sindicatos, partidos de esquerda, movimentos sociais, a promulgação desta Carta foi feita pela elite brasileira, representada pela direita. Todavia, mal encerrou o processo de aprovação desta Constituição, esses mesmos grupos, começaram a atuar na implantação do capitalismo em sua forma neoliberal, iniciando atrelado a este o processo de “reforma da previdência social brasileira”. Apesar das tentativas de implantação desta ao longo do governo Collor/Itamar, esta foi efetivada somente em 1998 com a aprovação da Emenda Constitucional nº 20/98. Essa emenda acabou com a aposentadoria por tempo de serviço, implantou a aposentadoria por tempo de contribuição, definiu teto máximo para pagamento de benefícios previdenciários do regime geral e instituiu o regime de previdência complementar, seguindo critérios definidos pelo Banco Mundial, atrelado ao FMI e governo estadunidense. No entanto, mesmo conseguindo a aprovação da EC nº 20, o governo FHC não conseguiu avançar no sentido da desregulamentação dos direitos previdenciários dos servidores públicos. Esse retrocesso foi conseguido na reforma seguinte implantada ao final do 1º ano do governo Lula (2003), através da aprovação da Emenda Constitucional nº 41. Nosso objetivo é analisar o processo da reforma previdenciária brasileira, de 1990 a 2003, a partir das discussões realizadas nas votações das PECs no âmbito do Congresso Nacional, pensado enquanto sociedade política, formada por representantes de grupos com interesses heterogêneos, visando perceber as contradições e conflitos intra/extra classe.

PALAVRAS-CHAVES: Estado Ampliado; Hegemonia; Reforma da Previdência; Governo Collor/Itamar, FHC e Lula.

Gladis Hoerlle

TÍTULO: *Envelhecer na cidade: memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon).*

DATA DA DEFESA: 1º/08/2013

BANCA: Profª Drª Méri Frotscher (Orientadora) (UNIOESTE), Profª Drª Gláucia de Oliveira Assis (UDESC), Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (UNIOESTE) e suplente Profª Drª Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE).

RESUMO: O presente trabalho investiga narrativas de memória de mulheres idosas, que quando jovens trabalharam na agricultura e, depois de aposentadas, foram morar no espaço urbano de Marechal Cândido Rondon, Oeste do Paraná. A mecanização da agricultura, introduzida na década de 1970, e outras transformações no processo de produção no campo desde então, provocaram profundas mudanças nos modos de viver e trabalhar. Muitos dos colonos, ao adentrar a velhice e conquistar a aposentadoria, mudaram para o espaço urbano, deixando a propriedade ao cuidado dos filhos adultos ou, no caso dos proprietários de áreas de terra menores, as venderam para grandes produtores, investindo noutro tipo de atividade, ou, vivendo de sua aposentadoria. Nesse sentido, através de entrevistas de histórias de vida, analisamos a experiência da migração e as relações campo-cidade ainda existentes, os estranhamentos e a progressiva adaptação à cidade, bem como a construção de novas relações de pertencimento. Além disso, procuramos perceber as mudanças nos papéis sociais e nas sociabilidades destas mulheres, o empoderamento adquirido pela conquista da aposentadoria e significados que atribuem a este processo.

PALAVRAS-CHAVE: envelhecimento; mulheres; gênero; memórias; migração campo-cidade.

Marilda Marques

TÍTULO: *Identidade e diferença: memórias sobre (e da) população do distrito de Bragantina, Assis Chateaubriand – Paraná (1960 – 2012).*

DATA DA DEFESA: 19/08/2013

BANCA: Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFGD), Profª Drª Méri Frotscher (UNIOESTE) e suplente Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE).

RESUMO: O presente trabalho objetivou realizar algumas reflexões acerca dos discursos identitários e memórias produzidas sobre (e da) população que colonizou as áreas pertencentes aos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand, a partir da década de 1960. Problematizamos os discursos identitários presentes em textos escritos, elaborados por pesquisadores norte-americanos, europeus e memorialistas brasileiros, sobre a população que colonizou essas áreas. Tais produções estabelecem fronteiras geográficas e étnicas entre a população mediante o uso de vários termos, como: “sulistas”, “nortistas”, “colonos”, “caboclos”, “pelo-duro”, “rio- grandenses”, “italianos”, “alemães”. Esse conjunto de palavras empregadas, longe de evidenciar a diversidade populacional existente no período da colonização, visava estabelecer a diferença entre os escolhidos e os excluídos do processo. Para a população escolhida, de ascendência alemã e

italiana, oriundas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, unificados por meio do termo “elemento humano”, os discursos estabelecem uma imagem positiva, como: “mão de obra esmerada”, “de maior valor produtivo”, “aclimatadas”, com “amor ao trabalho” e outros. Para a população excluída, oriundos de outras regiões do Brasil, em especial do Norte do Paraná, os chamados “nortistas”, são empregados termos pejorativos, como: “aventureiros”, “mundanos”, “retirantes da seca”, “desamparados”, “pelo-duro” e outros. Analisamos outras dimensões do vivido narradas por alguns moradores do distrito de Bragantina, sobre o processo de colonização do local. As narrativas apontam para a movimentação de pessoas de várias regiões do Brasil que convergiram para o local a partir da década de 1960, não na forma de “correntes migratórias” ou “frentes pioneiras”, mas isoladamente ou com suas famílias, bem como os conflitos agrários e a luta pela terra, os estranhamentos ao deparar-se com o “outro” e a constituição de laços de solidariedade entre vizinhos e conhecidos.

PALAVRAS-CHAVE: identidade e diferença; memória; colonização; Bragantina; Assis Chateaubriand.

Nivia Maria Bogoni Grapiglia

TÍTULO: *Participação das mulheres no movimento pela reabertura do caminho do colono (1986-2013).*

DATA DA DEFESA: 24/09/2013

BANCA: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (Orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG), Prof^ª Dr^ª Ivonete Pereira (UNIOESTE) e suplente Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (UNIOESTE).

RESUMO: O Caminho do Colono, percurso de dezoito quilômetros que corta o Parque Nacional do Iguaçu, entre os municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema, na região Oeste do Paraná, tornou-se, nos últimos anos, palco de diversos conflitos. De um lado, os que defendem a continuidade do fechamento da estrada e, de outro, os que se posicionam pela reabertura da mesma. Esses conflitos têm gerado diversos debates, enfrentamentos e discussões entre órgãos ambientalistas, representantes do governo e moradores da região, repercutindo em questões ambientais debatidas nacionalmente. Na medida em que a estrada corta o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), qualquer questão ou decisão sobre ela envolve outras áreas de conservação. No ano de 1997, dez anos após o primeiro fechamento da estrada, moradores da região, cansados de esperar pela decisão judicial, organizaram-se, ocuparam o caminho e passaram a utilizá-lo novamente. A partir dessa ocupação, diversos enfrentamentos ocorreram, promovendo uma sucessão de fechamentos e reaberturas que marcaram e ainda marcam a história do percurso e da população dos municípios limítrofes ao PNI. Das ações coletivas participaram sujeitos sociais de diferentes grupos e movidos por uma multiplicidade de interesses. No entanto, ao buscar informações referentes ao denominado “Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono”, observamos que, tanto nos registros feitos pela imprensa como em obras, os depoimentos predominantemente são de homens, configurando, assim, o referido movimento como de e feito por homens. As entrevistas por nós realizadas, ao contrário, apontam para outra direção, demonstram que as mulheres participaram durante todo o processo de reivindicação e em grande número, em ações coletiva e por

vezes direta, como de enfiamento ao aparato policial. Dessa forma, a preocupação central deste trabalho é analisar a participação das mulheres no Movimento Pró-Reabertura do Caminho do Colono. Como mulheres do campo e da cidade, com diferentes trajetórias de vida e com inserções diversas nas relações sociais, interpretam o fechamento e as ações coletivas pela reabertura da estrada? Como participaram? Como avaliam a constituição de suas subjetividades a partir das experiências de reivindicação, especialmente as vividas nos tempos e espaços dos acampamentos organizados no trajeto designado como Caminho do Colono?

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Caminho do Colono; Meio Ambiente; Subjetividades.

Patrícia Carla Mucelin

TÍTULO: *Corpo e sexualidade: discursos constituidores nas revistas Nova e Playboy – anos 1970.*

DATA DA DEFESA: 02/10/2013

BANCA: Prof^a. Dr^a. Ivonete Pereira (Orientadora) (UNIOESTE), Prof^a. Dr^a. Mara Rúbia Sant’anna (UDESC), Prof^a. Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE) e suplente Prof^a. Dr^a. Geni Rosa Duarte (UNIOESTE).

RESUMO: Esta pesquisa tem como fonte e objeto as revistas Nova Cosmopolitan e Playboy da década de 1970. Procurou-se analisar através de um estudo qualitativo os discursos da Nova e da Playboy sobre beleza, sensualidade, sexualidade e comportamento para se compreender como essas duas revistas davam significado às identidades de gênero. As análises de discurso foram realizadas com base nas categorias gênero e identidades, para se compreender como foram construídas as identidades masculinas e femininas e como ocorreram as relações de poder entre os gêneros, perceptíveis nos artigos, capas e sumários das duas revistas. A Nova Cosmopolitan escrevia para mulheres que estavam ingressando no mercado de trabalho, e que fossem solteiras, portanto a revista procurava mostrar que manter um relacionamento duradouro com um parceiro fixo e construir uma carreira sólida eram sinônimos de realização, e para tanto, ensinava como as mulheres deviam cuidar da beleza e manter uma conduta determinada em seus relacionamentos. A Playboy que se voltava aos homens solteiros, que procuravam o prazer como estilo de vida, mostrava nas suas colunas informações sobre sexo e relacionamentos e como os homens podiam driblar suas inseguranças para conquistar as mulheres. A sensualidade era a característica valorizada por ambas as revistas, ao constituírem as imagens idealizadas do corpo feminino e masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Revista Nova Cosmopolitan; Revista Playboy; Corpo; Sexualidade.

Dênis Junior Bell'Aver

TÍTULO: *Terra e Trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais em Toledo-PR (1955-1970).*

DATA DA DEFESA: 18/10/2013

BANCA: Prof. Dr. Vagner José Moreira (Orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU), Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE) e Prof. Dr. Rinaldo José Varussa (UNIOESTE).

RESUMO: O tema “Terra e Trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais em Toledo, no período de 1955-1978”, tem por objeto compreender o processo de formação da classe dos trabalhadores rurais de Toledo, bem como alterações na forma de viver e trabalhar no campo a partir de suas experiências. A orientação teórico-metodológica da pesquisa parte da perspectiva da História Social do Trabalho e Movimentos sociais. Problematizo como o trabalho foi reorganizado conforme o acirramento das relações capitalistas de produção e ocupação do campo. Os processos criminais não são lidos única e simplesmente com objetivo de desenhar a constituição da criminalidade ou das representações jurídicas com relação à presença histórica dos trabalhadores rurais no campo ou determinadas situações de suas vidas as quais estavam submetidos e viviam. Os processos criminais são fontes que nos levam ao estudo da experiência histórica dos trabalhadores rurais em Toledo, de modo que estes processos criminais são concebidos e utilizados como testemunhos históricos. Os processos criminais enquanto fontes direcionam para recuperar como era o cotidiano desta classe oculta do ponto de vista do presente, nos seus valores e a maneira como conduziam suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Processos crime; campo; trabalhadores rurais.